

Todo mundo junto para salvar os *puxadinhos*

Ontem à tarde, no Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), uma reunião começou a procurar soluções técnicas para o uso irregular de áreas públicas pelos comerciantes do Plano Piloto.

Representantes dos institutos de Patrimônio do Distrito Federal (IPDF), do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Secretaria de Habitação prometeram enviar ao MPDF uma proposta que compatibilize a ocupação dessas áreas com o tombamento da cidade (o Plano Piloto é tombado pelo Iphan e é patrimônio cultural da Humanidade, para a Unesco).

"Nós queremos buscar uma solução arquitetônica compatível com o tombamento de Brasília. Vamos apresentar uma proposta técnica de como utilizar edificações nessas áreas", explica a secretária de Habitação, Ivelise Longhi.

Para a promotora do Meio Ambiente e do Patrimônio Público, Eunice Pereira Amorim, "o Ministério Público está aberto às propostas, mas as sentenças judiciais serão cumpridas". Para quatro quadras comerciais da cidade (103 e 312 Sul, 706 e 709 Norte), a sentença é definitiva: os proprietários devem, além de pagar indenização AO GDF e demolir em 30 dias os *puxadinhos*. Outras ações continuam em andamento e envolvem todas as quadras comerciais do Plano Piloto.

Agora os comerciantes começam a acordar para se defender. Na próxima

terça-feira, às 19h, eles estarão reunidos no auditório da Associação Comercial. "Nós vamos nos sentar e discutir a melhor maneira de resolver isso. Se for assim, vão ter que derrubar Brasília inteira", diz Marco Túlio Pinto da Silva, dono de uma revenda de automóveis na 709 Norte. Sua loja ocupa área pública há mais de 15 anos.

Perto da revendedora, o dono de uma academia, José Luiz Braun, se mostra surpreso com a decisão judicial. "Eu pensei que o negócio estava resolvido. Para renovar o alvará, este ano, nós fizemos um acordo com o GDF. Eu pago R\$ 366 por mês pela ocupação da área pública. Aqui o avanço tem uns 15 anos", conta. José Luiz faz parte de um grupo de dez comerciantes que pretende brigar na Justiça pelos *puxadinhos*.

Como o mérito da questão já foi julgado, a chiadeira jurídica só poderá acontecer na ação de execução da sentença. Mas já tem gente circulando pelas comerciais sentenciadas, distribuindo panfletos e oferecendo serviços de advogado aos comerciantes.

Em defesa dos empresários, o Sindivarejista acredita em uma conciliação, de forma a evitar maiores perdas. "É um prejuízo social, pois com essa decisão os comerciantes terão que demitir", avalia o presidente do sindicato, Wlanir Santana. Ele calcula que haverá, no mínimo, 500 demissões com o cumprimento das sentenças.

Nos próximos dias os comerciantes se reunirão novamente com o Ministério Público, o Iphan e o IPDF.